A família Barbosa Cordeiro

VINICIUS BARROS LEAL[(*)]

O historiador paraibano Horácio de Almeida, autor da *História da Paraíba*, é a melhor fonte para uma biografia do governador Frutuoso Barbosa. Era Frutuoso de família aristocrática. Tinha foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, e veio para o Brasil muito cedo, nos anos 70 dos quinhentos. Empregou as suas excepcionais qualidades de empresário do comércio do "pau-brasil", a mercadoria que melhor possibilitava um bom negócio para o emprego de grandes capitais. A tinta da ibirapitanga valia ouro. E a madeira era de primeira qualidade. Até o pó era aproveitado e vendido a 300 réis o quilo[1].

No *Diálogo das Grandezas do Brasil*, um colono da Paraíba, em 1618, Ambrósio Fernandes Brandão, escreveu: *O pau do Brasil de que toma o nome toda esta Província larga de si uma tinta vermelha, excelente para tingir panos de lã e seda, e se fazer dela outras pinturas e curiosidades; a qual, posto que se acha por todo este Estado o mais perfeito e de maior valia é o que se tira das Capitanias de Itamaracá, Pernambuco e Paraíba, porque sobrepuja. Com muito excesso de bondade, aos mais paus desta qualidade, que se dá pelas mais partes... aonde se vende a quatro, e às vezes a cinco mil réis o quintal, segundo a falta ou abundância que há dele*"[2]. Um quintal era um antigo peso, igual a quatro arrobas, ou 60 quilos.

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

1 SOUSA, Bernardino José – *O pau-brasil na história nacional*, p.72

2 BRANDÃO, Ambrósio Fernandes – *Diálogos das grandezas do Brasil*, p. 122

Dizia-se ser Frutuoso possuidor de "grossos cabedais" provindos do comércio exportador. Mas achava ele que mais poderia produzir se tivesse maior contato com estas riquezas da terra. E esta oportunidade surgiu quando um amigo afeiçoado alcançou de Sua Majestade uma Provisão Real que lhe dava o governo da Paraíba, por 10 anos, com o encargo de "conquistar e povoar a terra". Logo organizou uma expedição para a conquista desta parte ainda selvagem, infestada de índios destemerosos e completamente contrários à ocupação dos portugueses. Também havia o problema dos corsários franceses, ladrões de pau-brasil e de tudo o que significasse lucro e riqueza. Eram arrogantes, dispostos a todos os riscos e contavam com a ajuda de muitas tribos de silvícolas. Constituíam grande perigo para quem os enfrentasse.

Frutuoso não ficava atrás em ousadia. Estava disposto e a expedição partiu para a luta, com centenas de homens já habituados a tais embrulhadas. Houve mortos e feridos em quantidade, de ambos os lados. Há quem diga que Frutuoso perdeu mais de uma centena de soldados. Tal destemor fez completar o chefe de expedição a sua tropa com mais 200 homens. Era preciso uma melhor proteção do território conquistado dos índios e corsários. Impunha-se a construção de um forte, e o forte foi feito. É o que ainda se chama Forte de Cabedelo.

Os colonos começam a chegar. Havia uma grande sofreguidão de portugueses recém-chegados, querendo fixar sua morada no Brasil. Dezenas deles se instalaram de qualquer maneira, esperando os recursos que as promessas dos responsáveis por esta emigração alegavam lhes seriam oferecidos. A promessa foi cumprida para muitos, outros ainda esperavam a estabilização do novo governo da Paraíba.

Dentro de algum tempo foi tomando jeito o povoado, já com muitas famílias aboletadas em suas casas provisórias. Com esta instalação, houve necessidade de padres e conventos para o atendimento das necessidades espirituais do grupo pioneiro. Frutuoso providenciou, trazendo franciscanos que foram convenientemente instalados, dentro do tempo necessário para a construção de um pequeno convento, com capela. Os frades passaram

a atender de imediato, com muito desvelo e caridade, esta parte educacional e espiritual de seus novos assistidos. Diz Fr. Vicente do Salvador, em sua *História do Brasil* – aliás, a primeira crônica da colônia – que os seus colegas de missão foram bem tratados e receberam todo o apoio do governador.

Foi intensa essa atividade e deu o esperado resultado, especialmente quando se fundou a cidade de Filipéia, com o seu pelourinho, Câmara e alguns prédios administrativos e de serventia pública, como a escola e uma pequena casa para atendimento de doentes, que logo mais se transformou na Santa Casa, graças ao trabalho e recursos de um rico olindense, Duarte Gomes da Silveira, fundador de uma família que povoou quase todo o Nordeste do Brasil. São os mesmos Gomes da Silveira de Baturité e de Canindé. No meado dos anos 70 instalou-se com fazenda de gado, no atual povoado de Ipueiras, um filho do tenente Luis Gomes da Silveira, paraibano de Mamanguape, descendente direto de Duarte. Aí casou com uma filha de Antônio Alves de Barros e sua mulher, dona Francisca Xavier de Medeiros, filha do primeiro casamento do capitão Francisco Xavier de Medeiros.

Continuemos a história de Frutuoso Barbosa. Teve ele grandes alegrias e também grandes tristezas, dadas as incompreensões e agravos recebidos. Cueva era um seu grande amigo e colaborador nesta empreitada, desde o início da sua administração. Logo mais, esta amizade tornou-se um embaraço e a vida do governador um turbilhão de dificuldades. Deste e de outros que se faziam amigos enfrentou Frutuoso as malquerências e ofensas.

Frutuoso usava freqüentemente os pequenos barcos a vela para suas viagens a Olinda. Numa delas deu-se um grande desastre. Uma verdadeira tempestade arrastou a frágil embarcação mar adentro, só indo parar nas Antilhas, onde teve a sorte de desembarcar, depois de longa travessia num barco sem capacidade nem para uma viagem maior na costa do Brasil. De princípio salvaram-se, mas logo depois, talvez em conseqüência dos incômodos e fome da travessia, faleceu sua esposa. Frutuoso resolveu conseguir uma melhor embarcação para chegar a Portugal. Outros meses de sofrimento e angústias. Antes de sair da

Paraíba já tinha sofrido um grande abalo com morte de seu único filho. Os narradores não contam qual a causa, só a desventura e desdita do governador, vendo-se só, infeliz e amargurado.[3]

Depois de algum tempo na metrópole, a volta e chegada a Pernambuco, terra que muito estimava. Com algum tempo resolveu casar novamente e escolheu uma moça, irmã da esposa de seu grande amigo, Pero Coelho, o primeiro a tentar colonizar o Ceará, mas sem qualquer resultado, sofrendo no retorno da sua infortunada expedição tormentos indizíveis, só suportados pela coragem e bravura de sua esposa, dona Tomásia, que também perdeu um filho nesta aventura. A esposa de Frutuoso era dona Felipa Cardigo, filha do senhor de engenho Pero Cardigo, morador em Apipucos, hoje bairro elegante de Recife.

Novamente casado, encontrou, no entanto, sérios óbices em sua vida, por desencontro de opiniões e temperamento com o sogro. Tal foi a animosidade que chegou ao ponto de Cardigo arrastá-lo ao Tribunal do Santo Ofício em Olinda, por motivo de uma discussão acalorada entre os dois. No bate-boca, Cardigo, fora de seu senso, gritou para o genro: "Eu descreio de Deus se não for confirmada minha razão!"[4] E o atrito girava por motivo banal, em torno de um cavalo de sela.

Esse processo, levado para o Santo Ofício de Lisboa, tomou o nº 12.967 e revelou que a esposa de Pero Cardigo, dona Isabel Mendes, era cristã-nova, filha do casal Francisco Mendes Leão, senhor de engenho, e de sua mulher, também cristã-nova, dona Isabel Mendes. Um parente de mesmo nome do avô já havia sido levado à fogueira da Inquisição pelo motivo gravíssimo de haver circuncidado ritualmente um filho. Pero Cardigo era cristão-velho e foi perdoado da blasfêmia, "dita de uma só vez e com agastamento, em virtude da qualidade do réu estar em foro de nobre e ser Capitão da Ordenança desta Vila (Olinda)". Deste segundo casamento de Frutuoso Barbosa, filho de Antônio Barbosa e neto

[3] ALMEIDA, Horácio de – *História da Paraíba*, T. I, p.42

[4] MELO NETO, José Antônio de – *Gente da Nação*, p. 186

de Frutuoso Barbosa, Fidalgo da Casa Real[5], nasceu Simão Barbosa Cordeiro, de cuja vida se tem conhecimento de alguns aspectos. Com ele continuamos estas notas genealógicas.

Como o pai, o avô e, certamente, outros avoengos, teve ele o foro de Fidalgo Cavaleiro da Casa Real. Era o Cavaleiro Fidalgo uma pessoa que, por merecimento próprio ou por nobreza de sangue, recebia mercê especial do Rei de ter o "seu nome assentado nos livros do Rei" para o seu serviço especial, na qualidade de moço-fidalgo, com ou sem direito a brasão de armas. Era título de grande valor, que exigia do agraciado certos deveres, sobretudo o de comportar-se com maneiras nobres e distintas, distinção que implicava até na obrigação de vestir-se com apuro e possuir cavalariça e criadagem educada.

É o que exigia a regra da nobreza. No entanto, nas nossas paragens ainda um tanto escassas de muitos destes atributos, não se exigia tanto, especialmente dos fâmulos. Havia uma espécie de "vale-tudo" que espantava e escandalizava os aristocratas continentais. Não lhes faltava, porém, em Pernambuco, na Olinda orgulhosa e rica, quem não deixasse de reconhecer neles um tratamento compatível com a dignidade e a singular condição perante os governos civil e eclesiástico. O segredo de ter Simão avós cristãos-novos deve ter sido muito bem guardado, pois as inquirições para a recepção da honraria eram precedidas de vasta pesquisa nos arquivos, além de ouvidos os testemunhos de pessoas da mais absoluta fidelidade às regras da nobreza.

Houve porém outros bem conhecidos casos de "esquecimento" dessas "provanças". A chamada "limpeza de sangue", por várias gerações, ia buscar muito longe os estigmas de "gente da nação". A outra exigência era a de que nas duas ou três gerações anteriores ao nascimento do agraciado não tivesse havido algum dos avós ou bisavós que ganhasse a vida "pesando ou medindo". Era infâmia pesada o trabalho manual para um nobre. Apenas dispensavam do rigor da pecha o trabalho manual "em terras próprias". Muitos ricaços de Olinda e Salvador esperaram anos e

[5] FONSECA, A. J. Borges da – *Nobiliarquia Pernambucana*, Vol. I, p. 33

anos os estudos sobre as suas genealogias até que provassem a inexistência de tal labéu. Diversos vereadores de Olinda "pediram a graça" e nunca lhes foi dada pela única mancha de terem um ascendente mercador ou vendilhão. Eram coisas do tempo.[6] Dificilmente Sua Majestade fugia ao cumprimento de antigos e bem defendidos rigores das determinações de seus antepassados.

Parece que "as ilustrações do berço" valeram no caso de Simão e de seus outros descendentes, que também receberam títulos de nobreza. Estas "ilustrações" valiam, na realidade, a elevação de caráter e fidalguia das ações na paz ou na guerra, preservando a tradição da família. Tem data de 1617 o diploma de fidalguia de Simão Barbosa Cordeiro. A solenidade ocorreu em Olinda, no ano seguinte, com o juramento do agraciado, como exigia o compromisso de fidelidade a Sua Majestade. O protocolo implicava noutros atos e cerimônias, todos remanescentes dos velhos costumes e formalidades vindas, ainda, da Idade Média. O agraciado morava no engenho da família, em sua "casa grande", em Apipucos, bem perto do sítio onde muitos anos depois passaram a residir outras famílias da aristocracia pernambucana, ascendentes dos futuros chamados "Barões do Açúcar".

Os genealogistas não esclarecem nada sobre o casamento de Simão. Nem Borges da Fonseca, nem os mais modernos especialistas dão o nome de sua esposa. Erradamente, o autor da *Nobiliarquia Pernambucana*[7] registra Ana Cardigo, filha do mesmo Pero Cardigo. As filhas de Pero estão nomeadas na obra de Gonçalves de Melo Neto. São elas Filipa, que casou com Frutuoso; Tomásia, casada com Pero Coelho de Sousa; Jerônima, Inês, Natália e Paula. Não houve nenhuma Ana e mesmo se tivesse havido seria um casamento entre tia e sobrinho, união que implicava em licenças especiais, mas não impossíveis.

Em 1630 os holandeses tomaram Olinda de assalto. Haviam chegado rumores desse possível ataque, mas os pernambucanos, com rara exceção, não acreditaram. Perdeu-se tudo. Muitos mor-

---

[6] *Revista do Instituto Histórico e Antropológico de Pernambuco.*

[7] FONSECA, Borges – *Nobiliarquia Pernambucana*, Vol. I, p. 34.

tos, incêndio na cidade, completo aniquilamento da ordem pública, um pandemônio. Pouca proteção contra um tal ataque havia sido providenciada antes, e de pouco valeram a coragem e o destemor de alguns militares e civis. As lutas iniciais foram de uma ferocidade incrível em vista da desproporção das armas e de defensores. Poucos salvaram alguma coisa de seus pertences. A fuga foi uma verdadeira debandada, sem qualquer organização ou plano. A solução era fugir, mesmo. Não existia outra alternativa. As pessoas de melhores recursos fretaram embarcações, formaram tropas de segurança, bem armadas, pagaram recompensas as mais exageradas, compraram a peso de ouro a própria salvação.

Foi o que fez Simão Barbosa Cordeiro, que agora já ostentava o posto de Capitão, recolhendo-se na Bahia de Todos os Santos, onde tinha amigos e representantes comerciais exportadores dos seus açúcares. As aventuras dessa transmigração em massa já têm sido contadas em prosa e versos e em crônicas que abalam os que as lêem. Comovem e impressionam estes fatos. Por todos estes tormentos e incertezas passou esta pequena família até alcançar um pouco de sossego nas plagas baianas. É provável que tenham procurado algum parente na terra escolhida para este abrigo. Só deixava de pensar na crueza da situação quem lembra a mocidade dos sobreviventes, na idade em que tais façanhas podem apenas atiçar a vontade da prática de atos de bravura, do épico e varonil.

Com este casal havia também, nesse tempo nefasto, a responsabilidade de família e da proteção ao filhinho, ainda muito pequeno, um outro Frutuoso Barbosa, em tenra idade e já marcado por acontecimentos de tal porte.

Há indicação vaga de que Simão tenha tomado armas e defendido a honra de seu posto militar, que foi ganho pelo privilégio do sangue dos ancestrais, mas que agora precisava justificar pelo seu próprio sangue, derramado em defesa da Pátria que se esperava nascesse com a vitória final. Os brasileiros, como já se chamavam os aqui nascidos, começavam a preparação para a fundação de uma nova nacionalidade, o que de fato ocorreu. A

restauração de Pernambuco foi um fato expressivo, e que mereceu uma mudança radical do comportamento dos nordestinos em prol de um novo *status* na colônia. Portugal precisava reconhecer os direitos dos que se bateram e morreram por um território que já se apresentava como berço de tantos heróis, protagonistas das mais arrebatadoras vitórias em guerra campal. Brancos, pretos e índios aqui nascidos mereciam, de agora em diante, um tratamento especial de reconhecimento e gratidão.

Não se sabe ao certo quando se deu o retorno dos Barbosa Cordeiro a Pernambuco. A estada na Bahia durou alguns anos e a vontade de uma viagem de volta era muito necessária para avaliar os prejuízos e consertar o que estava arruinado. Tudo parou nestes anos de guerra e, praticamente, tudo o que poderia produzir algo estava sem condição alguma de funcionar. Os engenhos de "fogo morto", um ou outro capaz de safrejar. Bem que os canaviais estavam quase todos queimados pelos holandeses no final dos combates. Eles não queriam deixar nada que pudesse ajudar o restabelecimento dessa indústria. O desbarato era geral. Milhares de pais choravam as mortes dos filhos, as viúvas procuravam recursos para a própria sobrevivência, os religiosos, meios de reabrir as igrejas e capelas, e a ajuda dos fiéis para soerguerem colégios, seminários, hospitais, pois tudo estava esfacelado, com poucas esperanças de um breve conserto.

No meio de tal balbúrdia só se viam caras alegres, as dos soldados vitoriosos que contavam as peripécias de suas ações guerreiras, os que escaparam incólumes; e outros, os feridos, com os estigmas de seus honrosos ferimentos, esperavam as curas com a ajuda dos poucos médicos da Santa Casa. Para todos, o desastre ficara para trás. Queriam, de imediato, partir para uma jornada empolgante de refazimento do que os inimigos tinham destruído. E, nunca mais, temas negativos da anterior vida comunitária das velhas brigas de família, indiferenças pessoais, malquerenças e frieza de amizades. Tudo isto ia passar. A Paz havia custado, mas chegara.

Voltemos a Frutuoso. Aquela criança que, no início do conflito, saíra de Pernambuco em aflitiva situação de quase desespero, estava agora um homem feito, com experiência da vida e da

guerra. Tinha tomado parte nos combates no posto de Capitão de Infantaria, nomeado que fora pelo Vice-Rei, o Conde de Óbidos, e colocado no Terço de Infantaria do Mestre de Campo D. João de Sousa, grande estrategista, conquistador de magníficas vitórias. Frutuoso requereu a seu tempo a mesma dignidade honorífica que fora concedida a seus ancestrais, e a que tinha direito. Era agora Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, portando o espadim identificador da honrosa comenda.

Esta nova vida teve mais um acrescentamento com o enlace matrimonial com dona Francisca Barbosa, filha do distinguido casal Apolinário Nunes, homem de negócios, pessoa muito conhecida e apreciada, filho de Henrique Afonso Pereira, que também foi par de Henrique Pereira. Este era rapaz na época em que o Conde de Nassau procurava ganhar simpatia do povo pernambucano convidando pessoas de distinção para o seu palácio, em festas e jogos esportivos. Nassau tomou Henrique para seu par numa cavalhada e foi vencido pelo jovem, tornando-o assim muito popular na Mauricéia.

Do casamento de Frutuoso com dona Francisca Leitão houve apenas um filho, que continuou a saga do pai. Tal fato era muito comum nas gerações anteriores, o que torna fácil a descrição de quem escreve sobre esta família. Muito ao contrário sucede com outras famílias, especialmente aqui no Nordeste, onde as famílias são muito numerosas, e com elas são ocupadas folhas e folhas.

Aqui, um parêntese. Nas altas rodas sociais do século XVII, e mesmo na segunda centúria, não era rara a família de certa prosápia, especialmente entre os senhores de engenho, uma certa liberdade de costumes muito reprovada em outras épocas. A legitimação de filhos tidos fora do casamento era facilmente aceita e foi o que ocorreu com uma filha de Frutuoso Barbosa, chamada Isabel Barbosa. Foi legitimada e habilitada, sendo criada na família com todos os direitos e deveres de desbastardada. A sociedade olindense aceitou-a sem qualquer discriminação.

Casou dona Isabel na família Cunha Pereira, uma das mais distintas da aristocracia pernambucana gente da nobreza do açúcar, como eram chamados os produtores da riqueza, no Leão do

Norte. João da Cunha Pereira foi o nome do seu marido, filho de outro de igual nome. Deste casal foi filho o capitão. João Pereira ou João da Cunha Pereira, que se casou no Recife com dona Maria Pereira da Silva, esta filha do Almoxarife Geral da Real Fazenda de Sua Majestade, Cosme Pereira Façanha, e de sua mulher, dona Brites da Silva.

Na obra de Borges da Fonseca sobre as famílias de elite estas personagens são muito citadas, mas em alguns casos, por dificuldade de leitura de manuscritos ou por erros tipográficos já da nossa época, na primeira e única edição deste livro raro aparecem inexatidões gravíssimas, como no caso que apresento. O nome do sogro de dona Isabel Barbosa aparece muito truncado, especialmente leitura e transcrição da palavra Façanha, que aparece como Pessanha, Peçanha e "da Cunha", dificultando o estudo dessa parentela.

Nos livros das *Datas e Sesmarias do Ceará*, publicados em 14 volumes em 1926, pela Secretaria de Negócios do Interior e Justiça, ocorre por diversas vezes este embaraço, dificultando identificar perfeitamente estas pessoas ali citadas. Então no caso de dona Maria Pereira da Silva, filha do Almoxarife de Pernambuco, pessoas que foram contempladas com várias dessas sesmarias se sucedem as trapalhadas.

Este circunlóquio serve para acentuar a importância que este ramo dos Barbosa Cordeiro teve no desbravamento de nossos sertões, especialmente no centro do estado. No meu entendimento, a verdadeira sesmeira foi esta senhora. Ela casou com João da Cunha Pereira e o casal teve cerca de oito filhos, que foram os herdeiros dessas terras, grande parte delas vendidas ou permutadas por outras nas margens do Jaguaribe. Os Cunha Pereira dali são, exatamente, rebentos do casal pernambucano. Pelo menos um deles esteve em Baturité e Canindé no início da vida.

O casal Frutuoso-Francisca Barbosa, ao contrário do que tinha acontecido até aquela ocasião com as outras gerações, teve vários filhos, sendo o primeiro Pedro Barbosa Cordeiro. Também Fidalgo Cavaleiro da Casa Real, casou ele na família Albuquerque Maranhão, descendentes diretos do Marquês do Maranhão, Jerônimo

de Albuquerque. Eram proprietários do engenho Cunhaú, no Rio Grande do Norte, o mais produtivo fabricante de açúcar na região e local de batalhas memoráveis quando da ocupação da terra potiguar pelos holandeses. Foi nesse engenho que se deu o episódio do massacre de muitos colonos, com tamanha barbaridade que resultou em verdadeiro martírio.

Outro filho, Frutuoso, casou com a irmã do padre Manuel Gomes e viveu sempre no seu engenho Gurjaú. O terceiro foi Bento Barbosa Cordeiro, também titulado de Cavaleiro Fidalgo, como era tradição na família. Foi Tenente Ajudante do Regimento de Cavalaria. Fixou-se em Recife, aí casando. Simão, o quarto filho, casou duas vezes, a segunda com uma cunhada, irmã da esposa de seu irmão Bento. Toda a sua vida foi passada no Rio Grande do Norte, precisamente em Goianinha, também na mesma atividade de seus irmãos, a indústria açucareira.

Ainda outro filho, Manuel Barbosa Cordeiro, casou com dona Inês e foi mais um senhor de engenho, do chamado Novo Mundo. A última e única mulher da irmandade foi dona Ana Barbosa Cordeiro, que casou com o Capitão e depois Coronel Francisco Simões Tinoco, com quem continuaremos esta história, em sua segunda parte, com o assento permanente no Ceará, a fixação definitiva.

A família Barbosa Cordeiro já representava uma árvore gigantesca, e lançou um dos seus mais frondosos galhos sobre as terras cearenses, trazendo uma sombra protetora capaz de amenizar as nossas desventuras. E na sombra dessas asas ficou Canindé até hoje. Mas antes houve um estágio baturiteense, onde aportou Francisco Simões Tinoco à beira do Rio Aracoiaba.